



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Secretaria Municipal de Fazenda

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DECISÃO ACERCA DE RECURSO EM
PROCESSO LICITATÓRIO**

Processo nº: 80/2023
Modalidade: Pregão 49/2023
Edital nº: 49/2023
Forma: Eletrônica
Tipo: Menor Preço por Item
Sistema: Registro de Preços
Recorrente: Noroeste Comercial de Suprimentos Ltda EPP
Recorrida: PRAGMINAS Comércio Agropecuário Eireli

CONSIDERANDO o Recurso Administrativo interposto pela empresa **Noroeste Comercial de Suprimentos Ltda EPP** contra a decisão que classificou a proposta da empresa **PRAGMINAS Comércio Agropecuário Eireli** no âmbito do Processo Licitatório nº 80/2023, Pregão nº 49/2023;

CONSIDERANDO que o Edital não previu a concentração pretendida para a aquisição do Item 6;

CONSIDERANDO deve ser observado o critério de julgamento previamente estabelecido no edital, qual seja, menor preço;

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo das propostas;

CONSIDERANDO que acolher as razões recursais implicaria descumprir o edital e estabelecer uma situação de manifesta insegurança jurídica;

CONSIDERANDO que a alegação de que o acolhimento implicaria maiores benefícios para a Administração também não merece prosperar, já que não é possível assegurar que a contratação mais vantajosa se daria pelo preço por ela ofertado caso as especificações relacionadas ao rendimento tivessem sido expressamente estabelecidas no instrumento convocatório;

CONSIDERANDO que o Edital é a lei interna da licitação;

CONSIDERANDO que não houve nenhuma impugnação ou pedido de esclarecimento por parte da Recorrente em momento oportuno;

CONSIDERANDO que não podem os licitantes aproveitarem-se de omissão não alegada em momento oportuno para obterem vantagem após o julgamento desfavorável de sua proposta;





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Secretaria Municipal de Fazenda

CONSIDERANDO a decisão do Pregoeiro, que conheceu do recurso administrativo interposto pela empresa RECORRENTE, para, no mérito, negar-lhe provimento;

DECIDO:

RATIFICAR, nos termos do art. 109, parágrafo 4º, da Lei nº. 8666/93, a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Monte Carmelo, 12 de julho de 2023.


ANA PAULA PEREIRA
Secretária Municipal de Fazenda

